

fazer história contemporânea

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 11 • 2011

Império, colonialismo e pós-colonialismo

os jardins da memória e as melancolias
da crítica histórica contemporânea*

Victor Barros

* Trabalho realizado com o apoio da bolsa de investigação da Fundação Calouste Gulbenkian. Especial agradecimento também aos meus pais e aos meus irmãos, pelas condições e pelos estímulos que muito contribuíram e facilitaram a escrita deste texto.

Victor Barros, Bolseiro de doutoramento da Fundação Calouste Gulbenkian. Mestre em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Colaborador do CEIS20. E-mail: v-barros@hotmail.com

C'est sur le chemin de la critique historique que la mémoire rencontre le sens de la justice. Que serait une mémoire heureuse qui ne serait pas aussi une mémoire équitable?

Paul Ricoeur

Império: a compatibilização do poder com o imaginário geográfico

Império. Entidade política. Materialidade geográfica, mas também construção imaginária. Logo, o geográfico e o imaginário subsistem por força das relações de poder que configuram as diferentes modalidades que põem o império em evidência através de determinados regimes de verdade. Por isso, não há império sem poder e não há poder que não ambicione instaurar-se de forma imperial no sentido de validar a sua persistência expansiva no tempo e no espaço. Fenómeno histórico e heterogêneo, porém, a noção de império conserva no seu interior a carga semântica que a etimologia latina *imperium* lhe reserva: autoridade. Supremacia. Uma supremacia que reclama obediência e submissão, na medida em que a força é exercida a partir da mitificação da ideia de um centro que funciona como ponto nodal e autoridade simbólica, que anexa e submete ao seu poder vários outros espaços dispersos ou contíguos. Sendo assim, o inquérito impõe-se. O que é um império? Afirmitivamente: uma entidade política. Ou melhor, impérios: grandes unidades políticas tendencialmente expansionistas ou portadoras de uma memória de poder estendido sobre vários espaços (dispersos ou contíguos), mantendo políticas de distinções e hierarquias à medida que incorporam novas populações¹. A anexação de populações ou de espaços geográficos é complementada pelo processo de reificação de estratégias de poder que garantem a supremacia do centro imperial. Toda a relação com as partes submetidas é articulada a partir da fundação e da montagem de uma hierarquia que representa esse mesmo centro como modelo de esplendor. Logo, não se pode admitir a noção de império sem se conceber as relações de poder que configuram as redes a partir das quais são demarcadas as diferenciações entre o centro e as periferias submetidas. Várias são as modalidades de administração política, de governar os impérios, e, ao mesmo tempo, múltiplas as formas de governar e gerir diferentes regiões e espaços de um mesmo império, de forma a poder manter populações heterogêneas sob a autoridade de uma única entidade política. Por isso, a invenção da ideia de periferia acaba por garantir, em rigor, a própria posição hegemônica da noção de centro: mesmo quando se tratava de uma centralidade exclusivamente

¹ BURBANK, J.; COOPER, F. – *Empires in World History: Power and the Politics of Difference*. Princeton: Princeton University Press, 2010. ISBN 978-0-691-12708-8. p. 8. Veja-se ainda: PERETZ, Pauline – “Permanence des empires. L'actualité de la souveraineté «feuilletonnée»”. *La Vie des idées* [Em linha]. (9 de Novembro de 2010). [Consult. 1 de Março de 2011]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.laviedesidees.fr/Permanence-des-empires.html>>. ISSN 2105-3030.

imaginária, mediada pelas várias estratégias simbólicas, por exemplo, das comemorações políticas, que possibilitavam, em certa medida, a imaginação da ideia de um centro dado como ordenador e produtor de sentido. O império não se estabelece também pela via do imaginário? Pela epifania celebrativa que sacraliza a grandeza do centro?

Os impérios não são entidades estáticas, unidades estanques. Por isso devem ser problematizados dentro de uma historicidade dinâmica, complexa, relacional que, em certa medida, contribuiu para as suas emergências, mas também para as suas transformações e os seus desaparecimentos. “Cada concepção de império constitui, eminentemente, um produto da sua época. E na sua composição encontraremos forçosamente espelhado o género de relação da potência hegemónica com o universo submetido”². Daqui resulta então a necessidade de considerarmos teoricamente a noção de heterogeneidade dos espaços-tempos do império. Ao mesmo tempo que, diferentes tempos e espaços estimulam e incitam filiações e lealdades políticas próprias, de acordo com as épocas, com as ideologias que embalsamam as estratégias simbólicas de representação e disseminação da ideia e da memória de império. Aliás, não assentará a concepção de império sobre uma memória? Principalmente sobre uma memória de expansão? Em rigor, é precisamente do trabalho ou do jogo de compatibilização entre as redes e as relações de poder estabelecidas no interior da geografia imperial, como da construção da ideia e da memória de império, que a este último se instala no imaginário das populações e dos sujeitos que ele implica e incorpora.

Todo o império é portador de uma violência. Real ou simbólica, a violência é sempre constitutiva do sistema de construção imperial. Tanto pela via da força física, material, manifesta nos processos de conquistas e disputas de poder pela definição ou alargamento da fronteira ou incorporação de novos espaços, como também pela significação simbólica de sacralização da ideia de um centro que se impõe como centro hegemónico. Por exemplo, as campanhas coloniais portuguesas em África dão conta das violências constitutivas, por vezes, “desproporcionais” e “injustificados” do processo de construção imperial³. Porém, as violências das campanhas de ocupação colonial, mesmo quando disfarçadas pelas narrativas glorificantes, não passavam de suplemento descritivo e legitimador da heroicidade honorífica do colonizador perante a suposta selvajaria indomável e feroz do indígena que ele defrontou e venceu. Mesmo quando uma certa dimensão da violência das campanhas coloniais era subsumida ou incorporada como fonte heurística dos motivos celebrativos da memória do império, toda a representação era posta ao serviço da versão constitutiva de uma história nacionalista da potência imperial. A violência das campanhas de ocupação colonial dava lugar ao processo de sacralização honorífica da imagem e da figura carismática do herói colonial.

² LUÍS, Alexandre A. da C. – *Na Rota do Império Português (Da formação da Nacionalidade ao Apogeu Imperial Manuelino)*. Coimbra: Faculdade de Letras, 2008. p. 29. Dissertação de Doutoramento – policopiada.

³ PÉLISSIER, René – *Les Campagnes coloniales du Portugal 1844-1941*. Paris: Pygmalion, 2004. ISBN 2-85704-936.6. p. 312.

Mitos imperiais e imaginários coloniais na constituição dos jardins da memória

Não há imaginário imperial sem representação memorial. Logo, a cartografia dos espaços coloniais está para a constituição do imaginário imperial, assim como a memória de expansão está para a representação simbólica do império. Várias são as modalidades e as estratégias dos actores coloniais no sentido de dar a ver o império como unidade, mesmo quando, na verdade, as colónias não passavam de um manto disperso de espaços e de realidades heterogêneas, sem nenhuma ligação umas com as outras, a começar, precisamente, pela ausência de continuidade unificadora do território. Porém, a ambição unificadora, pelo menos ao nível do imaginário, não escondia as pretensões de representar cartograficamente o império, cobrindo homogeneamente todas as colónias de uma única cor – *homogeneização icónica* –, cujo exemplo paradigmático ficou eternizado na representação imagética do célebre mapa cor-de-rosa. Ao impor-se como uma espécie de sentido orientador, a ideia de império tende a unificar, sem deixar no entanto de fracturar, de dividir, de hierarquizar. Apesar de não ser mais do que um manto disperso de espaços e de realidades diferentes sem nenhuma similaridade umas com as outras, a ambição unificadora da noção de império tributa e mobiliza um conjunto de dispositivos que garantiam os sentidos da sua unificação como entidade suprema de compatibilização do local, do regional (periféricos) com o centro hegemónico. Dispositivos susceptíveis de garantir diferentes níveis e escalas de identificação dos sujeitos imperiais e coloniais, e de conjugar as suas fidelidades à colónia com a obediência ao império. É nesta esteira que o império deve ser pensado como uma construção (jurídica, administrativa), mas também como espaço geográfico, económico e cultural. E mais: como ponto de referência e de identificação colectiva.

Que estratégias estimulava a conjugação da fidelidade dos sujeitos à colónia com a obediência ao império? Que jogos discursivos davam o império como ponto de referência e de identificação colectiva? Afirmativamente: a mobilização de práticas políticas simbólicas. De entre elas, as celebrações da memória do império. Mesmo quando ele se instaurava como uma rede de políticas administrativas, económicas, políticas e culturais, era sobretudo por via de estratégias simbólicas que a ideia de império ambicionava instalar no imaginário dos sujeitos e das populações que o seu domínio abarcava. Exemplo paradigmático desta prática pode ser encontrado na forma como o Estado Novo (1933-1974) instaurou a mística imperial e consubstanciou a sacralização do império português em África. A força da mística e o sentido sacral atribuído ao império como destino nacional e força identitária e histórica da nação portuguesa foi de tal forma mobilizada por aquele regime que o século XX português pode ser considerado, sem margens para dúvidas, como o século do império. Daí não ser de estranhar que esta sacralidade se tenha instalado no imaginário metropolitano e colonial, de tal forma que o regime, desde a sua institucionalização oficial em 1933 até a sua derrocada em 1974, viveu, lutou, sacrificou e, por fim, morreu pelo império. O Estado Novo assumia-se não somente como herdeiro de um legado considerado sagrado, mas também como depositário de uma missão histórica nacional e nacionalista que tinha no império o âmago da realização do destino de Portugal como nação, e da sua eternização no tempo e na história.

Realidade cada vez mais eminente ao longo do século XX, o império português em África instala-se por consequência também da instalação da ideia colonial que, na segunda metade do século XIX, instaura a retórica do colonialismo como missão civilizadora. Uma retórica que também trespassava quase todo o pensamento colonialista eurocêntrico e ocidental da segunda metade do século XIX. Um colonialismo que se aspirava moderno, articulado nos seus princípios, nos seus fundamentos e nas justificações teleológicas e pseudo-científicas das suas realizações. Estava-se então perante o processo de afirmação colonial europeia, mas também da conjugação do romantismo nacionalista novecentista com as teleologias de história prognosticadoras da realização dos destinos da nação e da raça, através da expansão colonial. Por isso, o colonialismo europeu novecentista acompanhou a emergência dos estados-nação europeus, serviu os seus interesses e foi solidário com as suas ambições⁴.

Concebido como herança sagrada, os discursos do Estado Novo sobre o império serviram sempre de justificação de uma teleologia de história que via no colonialismo em África a razão de ser e de reproduzir Portugal em todas as latitudes do seu império. Portugal era postado nas retóricas propagandísticas do regime como nação colonial e, sobretudo, como nação que, por via do colonialismo, cumpria os destinos finalísticos de realização da sua essência orgânica nacional e da missão de trazer o indígena à civilização. Consequentemente, a prática colonial albergava a missão sacrificial de salvação das raças inferiores, a quem a profecia racialista prognosticadora do destino finalístico das raças anunciava o desaparecimento, caso não fossem resgatadas e salvas do obscurantismo primitivo e selvagem que inundava a condição ontológica das mesmas. Daí, mais do que um projecto nacional, o colonialismo afirmava-se como um messianismo de fundo finalístico e nacionalista: o colonialismo como missão histórica e nacional, mas sobretudo como acção sacrificial de redenção e resgate do indígena. Instrumento importante de mobilização e de construção do imaginário nacional português, o império abrigava todas as reivindicações da vocação colonial e civilizadora de Portugal. A começar pela reivindicação de uma memória de descoberta que outorgava o direito de ocupação, de conquista e, consequentemente, de defesa e manutenção do próprio império como “entidade natural/organicista”, como “ser ontológico, como realidade transtemporal inerente à essência orgânica da Nação, como imperativo da raça”⁵. Logo, mais do que a instalação da ideia de império no

⁴ Veja-se entre outros: JERÓNIMO, Miguel B. – *Livros Brancos, Almas Negras: A “Missão Civilizadora” do colonialismo português (c.1870-1930)*. 1ª ed. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010. ISBN 978-972-671-256-5; RENAUT, Alain – *Un Humanisme de la Diversité. Essai sur la décolonisation des identités*. Paris: Éditions Flammarion, 2009. ISBN 9782082104975; COSTANTINI, Dino – *Mission civilisatrice. Le rôle de l’histoire coloniale dans la construction de l’identité politique française*. Paris: Éditions La Découverte, 2008. ISBN 978-2707153876; ALEXANDRE, Valentim – *Velho Brasil Novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Edições Afrontamento, 2000. ISBN 9789723605204; LUCAS, Maria M. – “A Ideia Colonial em Portugal (1875-1914)”. *Revista de História das Ideias*. Coimbra: IHTI, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Vol. 14 (1992) p. 297-324; GIRARDET, Raoul – *L’idée coloniale en France – De 1871 à 1962*. Paris: La Table Ronde, 1972. ISBN 2012792502.

⁵ ROSAS, Fernando – “Estado Novo, Império e Ideologia Imperial”. *Revista de História das Ideias*. Coimbra: IHTI, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Vol.17 (1995) p. 19-32.

imaginário português como dispositivo de consenso nacional, pretendia-se, acima de tudo, a sua disseminação e, conseqüentemente, a sua persistência no tempo e no espaço como referente de identificação colectiva, entre o colonizador e o colonizado.

É nesta esteira que a ideologia colonial do Estado Novo foi posta ao serviço dos pressupostos tendentes a disseminar e instalar a ideia de império nas colónias. Através de várias estratégias simbólicas e dispositivos ordenadores do sentido imperial, que se incluíam as comemorações da memória do império, pretendia-se garantir nas colónias, a concretização da ambição última do colonialismo português, sobretudo ao nível do imaginário: aumentar o amor dos indígenas pela pátria portuguesa e, favorecer iniciativas tendentes a fundar, estabelecer e instaurar entre eles uma mentalidade portuguesa⁶. Realidade que só poderia ser garantida pela via da mobilização de estratégias simbólicas suscitadoras de afectos e de lealdades reclamadas aos indígenas perante a sacralização da ideia e da noção do império nas colónias. É aqui que a recorrência às celebrações políticas da memória do império instaurava os sentidos do colonialismo, colonizando o imaginário dos sujeitos implicados, através da instituição de valores e de dogmas que legitimavam o próprio sistema colonial. Em nome do império, tudo o que se celebrava nas colónias era posto ao serviço da sublimação da imagem da metrópole. Aliás, tal como ficou declarado em 1933, o regime ambicionava propagandear o prestígio da metrópole e fazer com que ela aparecesse aureolada de história aos olhos daqueles que nunca a pisaram⁷. Significa então que as estratégias de instauração do amor do indígena pela pátria portuguesa tinham que passar pelo culto da memória, do passado e da história da metrópole colonizadora. E, sobretudo, de uma história que devia ser celebrada. Celebrada publicamente nas colónias. Daí, a história declarada devia instaurar-se também como história e como memória espectaculares, mobilizados como dispositivo congregador e apresentado como quadro imagético de referência colectiva e de construção dos sentidos e das escalas de pertença.

O dispositivo mobilizado para congregar tinha que satisfazer as funcionalidades inerentes às relações de poder em contexto de dominação colonial. Por isso, sub-repticiamente, as comemorações coloniais constituíam-se como dispositivos de dominação por excelência. Dominação no sentido em que a ideologia colonial do Estado Novo fazia dos usos políticos do passado uma das suas estratégias de legitimação da política colonial, de sacralização da ideia de império e, conseqüentemente, de cristalização da imagem do colonizador e da metrópole. Neste sentido, a declaração da memória e da história oficial celebradas publicamente tendia a dar e a representar, perante o colonizado, as peripécias do passado do colonizador e da sua metrópole. Peripécias que eram postadas como essências e sinais legitimadores da suposta superioridade cultural e identitária do primeiro (do colonizador) e da aura histórica e memorial da segunda (a metrópole). Nesta esteira, além de se ludibriar e de se estimular os sentidos que reclamavam lealdades aos indígenas e a identificação dos mesmos com a metrópole

⁶ *Carta Orgânica do Império Colonial Português*. Decreto-lei n.º 23:228, de 15 de Novembro, 1933.

⁷ MONTEIRO, Armindo – “A Actual Organização Administrativa Colonial e os Fins da Colonização Portuguesa”. *Boletim Geral das Colónias*. Lisboa: Agência Geral das Colónias. N.º 100, Ano IX (Outubro, 1933) p. 3-30.

colonizadora e com os sentidos do império, o passado e a memória metropolitana celebrada nas colónias não deixavam espaços para o reconhecimento celebrativo do passado dos colonizados. Significa que a exclusividade da celebração da história e da memória da metrópole nas colónias acabava, em rigor, por gerir o próprio silêncio do passado e da memória das sociedades colonizadas. Um passado então considerado sem história: uma espécie de estádio petrificado na nuvem dos tempos e, conseqüentemente, sem espaço nem razão para celebração pública. Porém, quando referido, somente servia para os intentos de folclorização do indígena, de inferiorização da sua história e da sua memória. Ou ainda para confrontá-lo e remetê-lo para a ideia de um tempo primitivo sem aura nem glória.

Império como ponto de referência e de identificação colectiva. Automaticamente, nas colónias, o que se impunha como memória colectiva oficial digna de celebração pública aspirava traduzir precisamente as premonições ideológicas do colonialismo estado-novista relativas ao império. Daí que as significações colectivas postadas pelas celebrações coloniais girassem à volta dos modelos, dos referentes simbólicos e memoriais que a metrópole se encarregava de disseminar pelo mundo colonial, através das várias comemorações, todas elas dedicadas a glorificar Portugal, os seus colonos, os seus mitos e o regime do Estado Novo. Exemplos bem elucidativos desta asserção podem ser diagnosticados nos registos temáticos das comemorações do aniversário do 28 de Maio (revolução nacional), da rememoração do aniversário natalício de Salazar e da sua entrada no governo, das festas centenárias da fundação e da restauração, das comemorações henriquinas, das do 10 de Junho, das do centenário de Mouzinho ou da descoberta de Cabo Verde ou da Guiné, etc. Motivos celebrativos que, em rigor, remetiam sempre para a centralidade de Portugal como entidade única de toda a historicidade memorial em nome do qual se comemorava. Narrativas míticas que sacralizavam o passado da fundação, dos reis, das navegações, dos descobrimentos, das suas figuras e mitos, do mundo português, dos soldados e exploradores coloniais, dos centenários, do Estado Novo e de Salazar. Alimentavam o presente dos vários momentos comemorativos que davam forma ao quadro mitológico que sublimava a história do então império colonial português em África. A exaustividade e a exuberância das comemorações reificavam simbolicamente as datas, os factos, as figuras, as personagens e os lugares míticos da topografia legendária do império em cada uma das colónias africanas. Assim, os motivos mnemónicos das comemorações encenadas tinham a sua fonte legítima naquilo que a metrópole determinava como fundamento comemorativo. Logo, tudo era comemorado por referência à metrópole. Mais: mesmo quando os factos ou os intuitos celebrativos eram de natureza local, colonial (referente a uma colónia em particular), eles eram (e deviam ser) interpretados como meros capítulos da metanarrativa identitária da grandeza histórica do Portugal metropolitano e imperial. Por exemplo, nomes como Afonso Henriques, Camões, Infante D. Henrique, Vasco da Gama, Salazar, Gago Coutinho e Sacadura Cabral, entre outros, povoavam imaginários comemorativos coloniais, juntamente com outras figuras associadas a cada uma das colónias africanas como António Enes e Mouzinho de Albuquerque (Moçambique), Salvador Correia (Angola), Diogo Gomes e Diogo Afonso (Cabo Verde), Honório Barreto (Guiné Bissau), Pêro Escobar e João de Santarém (São Tomé e Príncipe).

Era a grandeza do passado imperial e do presente colonial. A glória da história da metrópole. Logo, a celebridade do colonizador, por oposição à suposta inferioridade cultural e identitária do colonizado. Contudo, se o colono personificava a história da sua metrópole nas colónias, automaticamente a aura celebrada legitimava a própria ideia da sua superioridade perante o colonizado. Assim, as celebrações da memória do império nas colónias constituíam-se como campo de discursos, campo de forças e estratégias de elogios da história. Tudo, tendente a assegurar a suposta aura do colonizador como encarnação da história; e da metrópole como arquétipo do mundo e das coisas. Importa referir que a construção do imaginário imperial constituía o fundo estruturante de toda a dimensão celebradora e exibicionista da história e da memória do império na metrópole⁸. Todavia, se na metrópole as funcionalidades das comemorações trabalhavam na instituição de um imaginário imperial, porém, nas colónias, as suas funcionalidades corroboravam os processos de colonização do imaginário dos indígenas. Colonizar as identidades e colonizar as representações. É sobretudo ao nível do imaginário que a colonização instala os seus dogmas e instaura os regimes de representação e de verdades sobre os sujeitos coloniais.

A gestão do silêncio do passado das sociedades colonizadas atestava precisamente a força representativa da autoridade simbólica da metrópole como centro de verdade e do saber enunciado a partir do ponto de vista eurocêntrico sobre essas sociedades e populações, em nome das quais a metrópole se pronunciava. Enunciados veiculados em nome de um saber proferido e posto ao serviço do poder dominante e instituído. A gestão do silêncio do passado das sociedades colonizadas por parte das autoridades coloniais ficou simultaneamente acompanhada pela elaboração, construção e imposição de récitas históricas enunciadas a partir do ponto de vista da metrópole⁹. Significa que os usos do passado dessas mesmas populações foram postas ao serviço de estratégias de poder, tendentes a um melhor controlo e domínio. O poder detentor da autoridade simbólica instaurava-se automaticamente como poder detentor de um saber. Um saber orientado e produzido em nome do próprio poder exercido.

As celebrações, ao afirmarem os sentidos da grandeza do passado e da memória da metrópole e do colonizador, instauravam sistemas de representações e de imagens associadas às mitificações do império. Binárias eram as formas como, por exemplo, as representações se impunham sempre por contrastes e por confrontação hierárquica, mesmo quando as intencionalidades festivas dos discursos comemorativos aspiravam

⁸ RIBEIRO, M. Manuela Tavares – “O Centenário Henriquino: Imagens e ideologia”. *Revista de História das Ideias*. Coimbra: IHTI, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Vol. 15 (1993) p. 331-378; CATROGA, Fernando – “Ritualizações da História”. In TORRALBA, L. R.; MENDES, J. A.; CATROGA, F. – *História da História em Portugal Séculos XIX-XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998. ISBN 9789727590919; JOÃO, Maria Isabel – *Memória e Império: Comemorações em Portugal (1880-1960)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2002. ISBN 972-31-1002-4; SANTOS, Mariana Lagarto – “A Formação da Mentalidade Colonial. Representações do Portugal Ultramarino em Livros e Leitura do Estado Novo”. *Revista de História das Ideias*. Coimbra: IHTI, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Vol.28 (2007) p. 357-390.

⁹ Cf. FOUÉRE, Marie-Aude – “La mémoire au prisme du politique”. *Cahiers d'Études Africaines*. Paris: Editions de l'EHESS. ISSN 0008-0055. Vol. L (1), 197 (2010) p. 5-24.

esconder esses binarismos. Por exemplo, as celebrações e os elogios da história da metrópole colonizadora punham em posição de subalternidade e de inferioridade as representações da história, da memória e do mundo de significações dos sujeitos e das sociedades colonizadas. Perante a figura do colonizador considerado como sujeito constitutivo de uma humanidade e de uma ontologia moral de validade pretensamente universal, contrastava o indígena cuja humanidade se imaginava ainda tributar estádios animalescos e primitivos, embora sempre com possibilidades de elevação moral, à medida que reproduzia o mimetismo do colonizador. Pois, “o colonizado ter-se-á tanto evadido da selva quanto tiver feito seus os valores culturais da metrópole”¹⁰. À construção do mito da inferioridade do indígena ficou também associada a constituição da sua raça, também ela construída em simultâneo com a mitificação da cor. Neste caso, o indígena, o colonizado, para além de carregar o fardo do mito genealógico de raça inferior, carregava também o fardo da cor, da negrura. O imaginário sobre a ideia de preto/negro como cor e como raça eternizou-se míticamente como marca biológica e como elemento genealógico constitutivo de uma suposta herança de inferioridade. Do mito de uma inferioridade ainda não totalmente superada pelo imaginário pós-escravagista e pós-colonial. Tudo consequência do processo constitutivo de colonização das identidades e da construção colonial das representações dos sujeitos. Na mesma linha podemos ainda referir a vários outros essencialismos que, em contextos coloniais, acompanharam a mitificação da imagem dos diferentes sujeitos, desde a concepção de uma racionalidade do colono contrastiva com a irracionalidade do indígena, passando pela ideia de uma religiosidade mística do primeiro, por oposição a uma animista, profana e idólatra do segundo; pela maturidade intelectual daquele em relação à infantilidade do segundo; até à dinâmica activa do colono face à indolência do indígena, etc.

É assim que da mitificação dos referentes que enformavam a memória do império celebrada na metrópole e nas colónias reificavam-se também representações e imagens mitificadas e pretensamente caracterizadoras dos sujeitos e das sociedades implicadas. Significa que, sob o signo da cristalização da imagem cultural e identitária da metrópole e do colonizador, e da constituição das colónias como mundos ainda distantes da evolução racional europeia, resultava também a construção inferior da imagem dos sujeitos constitutivos das sociedades colonizadas. É assim que, os motivos e as temáticas prescritas no calendário das comemorações da memória do império reificavam também, no imaginário colectivo, as representações dos seus próprios sujeitos e dos indivíduos abarcados. Quer isto dizer que se o colonizador poderia reivindicar a sua pertença e a sua inserção directa na genealogia mítica dos pais fundadores do império, os indígenas somente o podiam fazer como figura bastarda da memória celebrada. Não faziam parte da genealogia mítica dos reis de Portugal. Eram figuras perfilhadas pela metanarrativa da história gloriosa da metrópole e que os próprios indígenas deviam assimilar e interiorizar como forma de aproximar do horizonte simbólico e identitário proposto pelo discurso colonial do grupo dominante. E, quando assumiam a adopção pela via das práticas simbólicas, automaticamente, legitimavam o colonialismo e o próprio poder colonial. Assim, os jardins da memória instalam-se no imaginário dos diferentes

¹⁰ FANON, Frantz – *Pele Negra Máscaras Brancas*. 2ª ed. Porto: Paisagem Editora, 1975. p. 32.

indivíduos (do colonizador e do colonizado) como paisagens imagéticas portadoras de representações imaginárias sobre os sujeitos que o colonialismo abarcava. Diferentes modalidades de discursos que caracterizavam as suas representações e que, pretensamente, os representavam como homólogos às características dadas discursivamente. Imagens e representações, binárias e essencialistas sobre os grupos (colonizador e colonizado) e sobre a categorização dos indivíduos pertencentes a cada um dos pólos diferenciados. Da representação como resultado de construção social e das relações de poder em contexto de dominação colonial, instaurou-se a relação entre a caracterização dos indivíduos e dos grupos, e a produção/associação de imagens forjadas como essência constitutiva dos grupos e, automaticamente, dos próprios indivíduos. Significa que o indivíduo era portador da essência representativa do grupo a que pertencia, logo, a sua representação homologava a sua condição ontológica e, inclusive, a do grupo. Neste caso, o colono e o indígena eram dados como diferentes não somente por força da hierarquia binária – chefe/súbdito, superior/inferior – que caracterizava as suas posições de poder, mas também como diferentes por força da concepção ontológica que se imaginava separar e diferenciar a natureza humana, a humanidade de cada um deles.

As representações forjadas pelas récitas postas ao serviço da caracterização desigual e hierárquica do colono e do indígena serviram também para reificar e alojar determinadas características tidas como constitutivas da natureza humana de um determinado grupo. Ou seja: tal como já referimos, o colono incarnava o poder não somente por força da superioridade militar e da cristalização da sua autoridade simbólica, mas também pela suposta superioridade imaginada da sua humanidade. Daí a assunção da tarefa de resgate das raças inferiores e da libertação do indígena da selva primitiva que o mantinha distante da civilização. Significa então que as celebrações da memória do grupo hegemónico animavam também os sinais que pretendiam conferir aura da sua suposta superioridade enquanto grupo dominante. Automaticamente, a cristalização da sua imagem instaurava-se pela associação entre a celebração dos motivos dados e patenteados como sinais legitimadores da sua suposta superioridade, e o fascínio que determinados motivos exerciam na representação essencialista do próprio grupo como detentor das heranças da raça supostamente superior. Naturalizava-se a representação e, por conseguinte, a própria identidade. Logo, a questão impõe-se: a memória e a história celebradas não remetem sempre para a problemática da identidade?¹¹ Depreende-se. Por referência aos motivos celebrados e rememorados, as autoridades coloniais reificavam imagens e representações sobre eles mesmos. Representações que ambicionavam veicular e transportar, em certa medida, a ilusão identitária da relação entre os motivos celebrados (da elevação da imagem do grupo), e os essencialismos que também se imaginava constituir o próprio grupo, por força de determinados elementos constitutivos da sua história e da sua memória celebrada. Motivos esses a partir dos quais se imaginava que a existência do grupo, por si só, corroborava e validava. As representações legitimadas pelo passado permitem não somente o reconhecimento do grupo, mas também a cada

¹¹ Veja-se entre outros: LAVABRE, Marie-Claire – “De la notion de mémoire à la production de mémoires collectives”. In CEFAL, Daniel (Dir.) – *Cultures politiques*. Paris: Presses Universitaires de France, 2001. ISBN 978-2-13-050049-0. p. 233-252.

indivíduo de se constituir enquanto tal, através da história do seu grupo¹². Logo, em benefício da sua imagem, o grupo auto-projectava-se. E fazia-o não só pela celebração da sua história e da sua memória autorizada, mas também pela crença nos essencialismos que se pensavam constituí-lo, e que as celebrações aspiravam confirmar. Portanto, os mitos que aureolavam as figuras e os motivos celebrados em nome do império também povoavam o imaginário dos sujeitos implicados pelas práticas simbólicas das comemorações coloniais. As celebrações projectavam a imagem cultural e identitária do grupo em nome do qual se celebrava, ao mesmo tempo que os indivíduos eram convocados a nutrir as suas representações colectivas e os sentidos de pertença, por referência aos sinais constitutivos da identidade e da caracterização do próprio grupo celebrado. Neste caso, a dignificação dos motivos da memória autorizada e celebrada publicamente nas colónias corroborava também a dignificação da imagem identitária do grupo em nome do qual se celebrava.

A crítica histórica contemporânea: exorcizar mitos coloniais e sepultar melancolias imperiais

A mitificação do império que se queria visível acompanhava também a elaboração sub-reptícia de mitos invisíveis que mascaravam as relações de poder e de dominação colonial. Logo, a análise histórica do colonialismo não poderá dispensar a vigilância teórica, hermenêutica e crítica sobre os contextos que a suposta evidência dos discursos coloniais escondem por detrás das funcionalidades últimas que eles pretendiam alcançar. As enunciações dos discursos coloniais, ao estabelecerem os quadros de uma suposta evidência sobre os sujeitos coloniais e as sociedades colonizadas, reificaram imagens, representações, categorizações sobre os mesmos. Discursos que desafiam cada vez mais a uma abordagem crítica e cuidada sobre os limites dessas mesmas representações. Por exemplo, manter sob vigilância crítica os limites: entre a homologação dos sujeitos e a formulação do mito de uma identidade primordial; entre a concepção e a atribuição de determinados pressupostos culturais como condições apriorísticas da eterna constituição dos sujeitos no tempo; da associação directa (supostamente evidente?) entre a dimensão somática dos sujeitos e a categorização imediata da sua pertença identitária ou cultural; assim como a concepção imaginária das suas propensões automáticas relativamente ao domínio ou à manipulação de determinadas actividades ou códigos culturais; entre a construção e a representação monolítica dos grupos e a necessidade de considerar os espaços-tempos das suas heterogeneidades e das suas diferenças em termos de género ou de classe; entre os contextos históricos e o condicionamento da opção dos actores, das suas posições, escolhas ou alinhamentos, perante opções disponíveis ou possíveis; e, por fim, entre a actuação dos sujeitos e as suas próprias autonomias como actores sociais e sujeitos históricos. Na mesma esteira, determinar os contextos da produção colonial da

¹² VIAUD, Jean – “Mémoire collective, représentations sociales et pratiques sociales”. *Connexions*. Paris: Érès. ISSN 0337-3126. N.º 80 (2003/2) p. 45.

condição (simples ou duplamente) subalterna dos sujeitos¹³. Tudo isso para assegurar que a crítica histórica contemporânea deve actuar sobre a suposta evidência declarada de determinados discursos, problematizando os contextos espaciais e temporais das suas formulações, de forma a decifrar os silêncios subterrâneos que estes mesmos discursos escondem por detrás das funcionalidades políticas e ideológicas que são demandadas a cumprir ou a instaurar. Situar os discursos e decifrar as margens de silêncios e de sombras subjacentes aos objectivos aparentemente destacados que eles declaram.

A identificação dos sistemas discursivos facilita a compreensão do carácter contextual e relacional da sua estruturação, assim como dos sistemas institucionais que emergem e actuam por via dessa mesma estruturação. Ao darmos conta dos discursos coloniais, das suas sombras e das suas margens de silêncios, poderemos facilitar o recenseamento crítico do sistema colonial, das suas instituições, por exemplo, na sua variedade e multiplicidade, de forma a atribuir um carácter histórico a determinados aspectos do real até então não considerados como tal. Ao considerarmos que os sujeitos são constituídos a partir de determinados tipos de discursos que os reificam também a partir de determinadas formas de representação, somos levados a não perder de vista que, independentemente da autonomia das suas capacidades de agir, o enquadramento dos mesmos num sistema de poder e de dominação, como o colonial, faz com que, por exemplo, as suas capacidades de intervenção sejam criadas pelas próprias situações e pelos próprios estatutos que lhes são conferidos dentro do próprio sistema de poder¹⁴. A partir daí, estaremos em condições de reconhecer os efeitos dos discursos coloniais e das suas representações sobre o real e sobre os sujeitos, assim como as demandas cada vez mais exigentes de uma crítica historiográfica a ser posta ao serviço da explicitação das relações (no tempo e no espaço) desses mesmos discursos e representações, com as interpretações dominantes de cada época histórica. Exercício hermenêutico que remete sempre para os sentidos relativos aos usos da ideologia na distorção da realidade e na manipulação, por exemplo da memória histórica¹⁵, assim como nos usos políticos da história e do passado, subsidiários dos contextos de dominação colonial e de legitimação política de uma história sobretudo quando esta última é posta ao serviço da própria ideologia¹⁶.

Analisar criticamente as categorias. Esta constitui um dos grandes desafios para as ciências sociais e humanas. Historicizar os conceitos e as representações. Despi-los dos essencialismos e compreender o quadro das suas genealogias (origem, significações, contextos de utilização, validade cultural, temporal e geográfica, etc.). Por exemplo, categorias como raça, nação, cor, identidade, branco, preto/negro, etc., precisam de ser

¹³ SPIVAK, Gayatri C. – *Les subalternes peuvent-elles parler?*. Paris: Éditions Amsterdam, 2009. ISBN 978-2-915547-28-3. p. 53.

¹⁴ Cf. SCOTT, Joan W. – *Théorie critique de l'histoire. Identités, expériences, politiques*. Paris: Fayard, 2009. ISBN 9872213637846. p. 69, 80 e 115.

¹⁵ Cf. RICOEUR, Paul – “L'idéologie et l'utopie”. Paris: Éditions du Seuil (Points Essais), 1997. ISBN 2-02-083788-9; RICOEUR, Paul – *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Éditions du Seuil (Points Essais), 2000, p. 99-104. ISBN 978-2020563321.

¹⁶ Cf. TORRALBA, L. R. – *História e Ideologia*. Coimbra: Edições Minerva, 1989. ISBN 9789729316128.

descolonizados e destituídos de mitologias, de fantasmas e de fantasias reificadoras de concepções estanques sobre os sujeitos e que, em certa medida, condicionam a actuação dos indivíduos e limita as possibilidades de reconhecimento das diferentes e múltiplas escalas das suas pertenças. Tratando-se de categorias e noções que sempre andaram de mãos dadas com as pretensões expansionistas, imperiais e coloniais europeias, elas requerem cada vez mais uma utilização contextualizada de forma a podermos diagnosticar os seus efeitos perversos (reais e históricos) em termos de formatação do modo como concebemos a geografia imaginária da nossa pertença. O trabalho crítico deve passar pela desnaturalização das representações e das identidades. Se as experiências e os discursos coloniais sempre fizeram crer e parecer como naturais determinadas representações e categorias, porém, não podemos deixar de situá-las nos seus contextos históricos próprios, diagnosticar os quadros da sua operatividade e, sobretudo, os contextos que as mitificaram. Automaticamente, o recenseamento crítico do carácter histórico das mesmas permitirá, em certa medida, esvaziar os sentidos fantasmáticos e o peso mitificador que ainda determinadas categorias e representações detêm na colonização do imaginário social contemporâneo. Consequentemente, elas deixarão de parecer como naturais, como dados, e não susceptíveis de ser questionadas. Por isso, devemos admitir que “la signification des catégories identitaires change, et avec ces changements se modifient les façons de se voir ou de s’imaginer soi-même”¹⁷. Em síntese, mais do que enquadrar e conceber de forma monolítica (engavetar) os indivíduos e as sociedades, devemos ater na complexidade dos seus processos históricos. Ou melhor: na historicidade dos processos que caracterizaram e determinaram os contextos, as redes (e nunca a linearidade) das suas dinâmicas no tempo e no espaço.

Aliás, a linearidade caracterizadora das concepções eurocêntricas de tempo e de história não pode também estar imune à crítica. Se é verdade que a contemporaneidade desafia cada vez mais os sentidos da linearidade do tempo histórico, então não podemos perder de vista a heterogeneidade dos espaços-tempos dos actores e das sociedades, como também os limites complexos, mas também possíveis, da não contemporaneidade dos contemporâneos. A complexidade das dinâmicas sociais e históricas contemporâneas desafiam constantemente a ideia de fixidez, de eterno e do universal: os espaços e os tempos se cruzam para produzir figuras complexas de diferença e de identidade, de passado e de presente, de interior e de exterior, de inclusão e de exclusão¹⁸. Portanto, ao lugar da celebração de narrativas de pretensões universais e absolutas, deve-se instalar o reconhecimento das múltiplas temporalidades susceptíveis de situar cada récita no espaço/lugar real e simbólico próprio. Por exemplo, o reconhecimento, a atribuição de um lugar e a celebração do particular devolverão os mitos coloniais às temporalidades das suas produções. Ao mesmo tempo, sepultam os anacronismos das suas persistências contemporâneas metamorfoseadas, por exemplo, sob determinados discursos paternalistas, embalsamados de afectos (tal como uma retórica vazia sobre a

¹⁷ SCOTT, Joan W. – *Théorie critique de l’histoire...*, p. 120.

¹⁸ BHABHA, H. K. – *Les Lieux de la Culture. Une Théorie Postcoloniale*. Paris: Payot, 2007. ISBN 978-2-228-90183-3. p. 29-30.

lusofonia¹⁹) e de melancolias. Melancolias que o luto ainda não totalmente realizado do império esperam ver compensado pela instauração do dever de memória, passível de conformar e conciliar o Portugal pós-colonial com a sua memória colonial e imperial.

Em jeito de conclusão

Quando problematizamos a questão da memória colonial, não podemos deixar de considerar os contextos que constantemente desafiam a prática historiográfica contemporânea perante a complexidade da dinâmica social e pós-colonial. Afinal, temos que admitir que uma totalidade histórico-social constitui sempre um campo de relações estruturadas pela articulação heterogénea e descontínua de diversos âmbitos de existência social, cada um deles estruturado com elementos historicamente heterogéneos, descontínuos no tempo e, por vezes, conflituosos²⁰. Significa que devemo-nos ater na complexidade da realidade social contemporânea, sobretudo quando as relações entre a memória colonial/imperial e o dever de memória pós-colonial ainda não se instalaram devidamente por via das práticas políticas susceptíveis de conciliar o tempo contemporâneo pós-colonial com a descontinuidade do tempo e da memória colonial entre o presente do nosso passado e o passado do nosso presente. Memórias e resíduos coloniais que ainda não tiveram o seu verdadeiro lugar de declaração e de celebração, no imaginário e no espaço público português e africano, de forma a possibilitar sentidos comemorativos tendencialmente conciliatórios. Longe de pleitear por uma prática memorial una e utopicamente satisfatória (que nunca existirá porque a memória constitui sempre um campo de disputa pelo poder entre actores interessados), deve-se admitir a pluralidade de memórias colectivas e buscar sentidos comemorativos e simbólicos passíveis de congregar actores e sujeitos diferentes perante memórias suscitadoras de sentidos emocionais e afectivos também eles diferentes. Aliás, *co-memorar* não remete para a ideia de lembrar juntos? Quando lembramos/recordamos juntos exorcizamos os fantasmas, os mitos coloniais e sepultaremos as melancolias de um império que, ao longo de quase todo o século XX, norteou os sentidos identitários de Portugal como estado-nação imperial. Sepultar não significa esquecer, apagar traços, deixar de rememorar. Aqui o sepultar remete para a significação da ideia de atribuir um espaço, de dar um lugar, de situar. Tal como damos um lugar ao morto, então a memória colonial e pós-colonial ainda aspiram por um lugar efectivo, de forma a permitir devidamente a escrita da história contemporânea portuguesa e africana. Escrita: não para auxiliar estratégias de silenciamento, de ausência de lugares e de espaços críticos para a problematização da história colonial, mas sim para o exercício consciente do dever de memória e da produção historiográfica susceptível de exumar o passado do nosso

¹⁹ BARROS, Víctor – “A lusofonia como espellismo dunha casa miticamente común”. *Tempo Exterior. Revista de análise e estudos internacionais*. Galicia: Instituto Galego de Análise e Documentación Internacional (IGADI). ISSN 1579-6582. N.º 19. Vol. X (I), (Xullo/Decembro, 2009) p. 7-21.

²⁰ QUIJANO, Aníbal – “Colonialidad del Poder y Clasificación Social”. *Journal of World-Systems Research* [Em linha]. VI, Number 2 (Summer/Fall, 2000) p. 354. [Consult. 7 de Março de 2011]. Disponível em WWW <URL: <http://jwsr.ucr.edu>>. ISSN 1076-156X.

presente e sepultar dar lugar ao presente do nosso passado. Em rigor, a crítica não só dará conta da nossa situação pós-colonial, como também contribuirá para ultrapassar alguns mitos e fantasmas que ainda pairam sobre o nosso imaginário contemporâneo.

Em Portugal, é mais do que evidente a “falta de imaginação”²¹ em determinados contextos e, por conseguinte a deficiente instalação da história colonial e dos estudos críticos pós-coloniais no espaço público, por exemplo, do ensino e do debate universitário. Daqui, deriva também o deficiente trabalho de desconstrução e de exorcização dos resíduos coloniais ainda persistentes no imaginário português contemporâneo, o que continua a alimentar e a garantir a força obstinada de alguns mitos ainda não totalmente esvaziados da sua força fantasmática. Significa que, para além de representações literárias ou populares da colonização, deve-se pôr a questão da sua circulação no tempo e no espaço da memória colectiva do passado colonial nas sociedades pós-coloniais²². Porque certas representações dialogam com as do passado colonial numa troca frequente entre os campos que as reificaram, tal como, por vezes, elas se manifestam entre outras no mito da raça. Por exemplo, nalgumas representações associadas à construção discursiva da imagem do *Outro*, portador do estigma, outrora indígena colonizado, mas agora imigrante²³.

Do que vem de ser dito, não podemos deixar de referir ainda quanto à necessidade de uma actuação sempre crítica relativamente à operação historiográfica da história colonial e pós-colonial das ex-colónias. Se por um lado, o contexto pós-independência incitava à escrita de uma história ideológica posta ao serviço, sobretudo, da legitimação política dos recém-constituídos estados-nação, por outro, mais do que nunca, cabe hoje ao historiador africanista (de origem africana, europeia ou outra) abrir as vias à renovação do pensamento e da operação crítica historiográfica: a história não deve instalar-se como um campo de julgamento moral e político das acções dos homens, dos seus objectivos e fins. Ela deve diagnosticar os contextos e dar um carácter explicativo rigoroso aos factos, situando-os dentro da complexidade que os determinaram. Em síntese: *desideologizar* a história, *despartidarizar* a memória colonial e as suas manipulações, e *descolonizar* o imaginário nacional e as identidades. Mas como? Através da desconstrução de concepções essencialistas e do reconhecimento da heterogeneidade das temporalidades enquanto elemento constitutivo da não linearidade do tempo histórico e das sociedades. Então, a magistralidade da história impõe-se pela instauração do pensamento crítico e pela prática do rigor que exuma, dos silêncios coloniais e dos escombros do império, as diferentes temporalidades da memória da

²¹ Cf. TORGAL, L. R. – “As Comunidades Imaginadas. Reflexões metodológicas sobre o estudo dos Nacionalismos Africanos”. In TORGAL, L. R.; PIMENTA, F.; SOUSA, J. S. (Coord.) – *Comunidades Imaginadas: Nação e Nacionalismos em África*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008. ISBN 978-989-8074-57-7. p. 228.

²² SAPIRO, G.; STEINMETZ, G.; DUCOURNAU, C. – “La Production des Représentations Coloniales et Postcoloniales”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris: Le Seuil. ISSN 0335-5322. N.º 185 (2010) p. 10.

²³ Veja-se entre outros: JERÓNIMO, M. B.; DOMINGOS, N. – “O «grémio da civilização»: do indígena ao imigrante”. *Le Monde Diplomatique*. (Edição portuguesa). Lisboa: Cooperativa Cultural Outro Modo. N.º 5 (7 de Março, 2007). Disponível em WWW <URL: <http://pt.mondediplo.com/spip.php?article406>>.

colónia e também da *pós-colónia*. Somente a crítica devolve e investe a história da sua função pedagógica e cívica, susceptível de corrigir, complementar e conciliar a história investigada, com a história ensinada e a história comemorada. Mais: é pela via da crítica histórica que a memória reencontra o sentido da justiça²⁴. E, se é verdade que contribuir para a história da África implica um esforço historiográfico e crítico incessante²⁵, também não é menos verdade que devemos admitir a própria crítica, como uma operação que nos coloca sempre numa situação incomfortável²⁶. A sua valência reside precisamente no inquérito e nas interrogações que ela coloca sobre os fundamentos, os valores, as condições de possibilidades e as relações instauradas pela dinâmica e complexidade dos processos históricos. Por isso, a crítica não deve figurar como uma espécie de avaliação negativista que pretende anular, sublimar ou condenar a realidade (por exemplo, do colonialismo). Trata-se de um esforço que visa pôr em dia e destacar as premissas sobre as quais repousam as categorias que organizam ou condicionam a nossa identidade (pessoal, social, nacional), atribuindo-lhes uma história, situando-as no tempo e submetendo-as ao exame²⁷. Portanto, a operação crítica deve auxiliar a própria construção do imaginário político contemporâneo, assim como a projecção do olhar africano e sobre África em direcção a novos tempos²⁸.

²⁴ RICOEUR, Paul – *La mémoire, l'histoire,...*, p. 650.

²⁵ CHRÉTIEN, Jean-Pierre – “Pourquoi l’Afrique, pourquoi l’histoire?”. *Afrique & Histoire*. Paris: Verdier. ISSN 1764-1977. Vol. 1 (2003) p. 10.

²⁶ SCOTT, Joan W. – *Théorie critique de l’histoire...*, p. 62.

²⁷ *Ibidem*.

²⁸ MBEMBE, Achille – *Sortir de la grande nuit. Essai sur l’Afrique décolonisée*. Paris: Éditions La Découverte, 2010. ISBN 978-2-7071-6670-8; MBEMBE, Achille – *De la Postcolonie: Essai sur l’imagination politique dans l’Afrique contemporaine*. 2ª ed. Paris: Karthala, 2000. ISBN 978-2-84586-078-0.